

# Museu Judaico de Lisboa

*Não no Largo de S. Miguel*

Lia Nunes | Pedra & Cal | [pedraecal@cantoredondo.eu](mailto:pedraecal@cantoredondo.eu)

A

21 de setembro de 2016 realizou-se no Largo de São Miguel, em Alfama, Lisboa, a cerimónia de assinatura dos acordos de colaboração que dariam início à construção do futuro Museu Judaico de Lisboa. Noticiava a Câmara Municipal de Lisboa (CML) que o "projeto é da arquiteta Graça Bachmann, com a colaboração dos arquitetos Luís Neuparth e Pedro Cunha. A primeira fase do projeto está orçada em cinco milhões de euros e o Museu deverá abrir portas dentro de um ano."

Estiveram presentes o ministro da Cultura, Luís Filipe Castro Mendes, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, a

vereadora da Cultura, Catarina Vaz Pinto, e os representantes das entidades parceiras: Vítor Costa, pela Associação de Turismo de Lisboa, Gabriel Steinhardt, pela Comunidade Israelita de Lisboa, Patrick Drahi, pela Fundação Lina e Patrick Drahi, e António Pinto Dias Rocha, pela Associação da Rede de Judiarias de Portugal. Todos reafirmaram a já antiga vontade da cidade de Lisboa em erguer um espaço museológico que albergasse o espólio e a memória da identidade judaica sefardita portuguesa.

Esta vontade, porém, não era comum a todos, especialmente no que toca aos moradores e comerciantes do bairro, muitos dos quais deixaram de o ser pela ordem de saída provocada

pela futura obra, numa das fases do processo interposto. Na verdade, o projeto arquitetónico do museu desencadeou um movimento associativo e de cidadãos. "Em Janeiro, o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa pronunciou-se desfavoravelmente à suspensão que era pedida no processo cautelar. Foi então apresentado recurso de apelação. O acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul que julgou procedente este recurso foi emitido no dia 14 de Junho, para cumprimento imediato. Fica suspensa a eficácia das deliberações da CML sobre a obra e é determinada a não demolição dos edifícios existentes no local projectado para o Museu e respectivo edifício de apoio".

Como apontou Soraya Genin, presidente do ICOMOS, em março deste ano, recorrendo à documentação de planeamento da obra, há "uma série de regulamentos (Plano Diretor Municipal



de Lisboa e o Plano de Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e da Colina do Castelo), que estão a ser ultrapassados e foram postos em causa”, já que o projeto é “dissonante” com a marca urbanística da área envolvente da Igreja de São Miguel (inventariada como habitação corrente que constitui um exemplar significativo da zona do Castelo e das cercas de Lisboa).

A demolição de edifícios para a construção do Museu Judaico é um exemplo de como não se está a respeitar o princípio de transmissão do património às gerações futuras, sendo que o movimento associativo que se gerou em torno da obra reivindica um bairro com gente.

A reabilitação de habitação corrente é a reflexão de fundo desta polémica. E muitas questões surgem em torno da forma como a Câmara Municipal de Lisboa gere o património que tem sob sua alçada. O movimento associativo liderado pela APPA, envolvendo o Fórum Cidadania Lx e o Fórum do Património, a que se uniu a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, defende a escolha de outro local para a implantação do Museu Judaico, considerando o seu relevo para a cidade, acima de tudo demonstrando como o exercício de cidadania proactiva gera resultados na defesa do seu património. Enquanto a Câmara Municipal de Lisboa está a avaliar a decisão do Tribunal, a

APPA já lançou um abaixo-assinado para pressionar o município no sentido de recuperar o bairro para seu uso habitacional, considerando o que pode ser uma oportunidade da cidade se devolver aos seus habitantes, petição que o GECORPA assina e convida os leitores a assinar.

A Associação do Património e População de Alfama agradece, o apoio prestado pelo ICOMOS/Portugal, pelo Fórum Cidadania Lx e pelo Fórum do Património ■

## O MUSEU JUDAICO DE LISBOA E O FUTURO DO LARGO DE SÃO MIGUEL



FÓRUM DO PATRIMÓNIO  
EXPETATIVAS



MUSEU DO JUDAÍSMO  
EM ALFAMA?

Cláudia Moura | Vice-presidente da Direcção da APPA

Fruto da movimentação popular, a partir de iniciativas da Associação do Património e da População de Alfama (APPA), o debate sobre o local onde deverá ser construído o Museu Judaico de Lisboa ganhou visibilidade, recolhendo interrogações sobre o que se pretende fazer com o Largo de São Miguel e com Alfama.

As respostas cabem, claro, aos órgãos decisores, em especial os que saíram do voto popular. Mas a especulação imobiliária e o turismo desenfreado estão a apossar-se de Alfama e as responsabilidades políticas permanecem na penumbra. Nestas circunstâncias, ainda mais valor ganha a resistência organizada das pessoas que fazem o bairro.

Alfama sempre recebeu migrantes e visitantes, fez deles amigos, acolheu-os no seu seio. A comunidade judaica faz parte da história do bairro.

Defender outra localização para o Museu, em Alfama, é mostrar preocupação com o presente e com o futuro. Não há outro qualquer fundamento.

Ao contrário do preconizado por alguns, a questão acabou por ser levada a debate em diversas sedes. A população ampliou o alerta da APPA e de outras associações e envolveu-se activamente numa batalha com alto valor simbólico.

Erguer ali o Museu, tal como está projectado, teria consequências directas na descaracterização do largo e do bairro. Parar as demolições e mudar a localização do Museu deve ser o ponto de viragem para enfrentar o «terramoturismo».

A APPA procurou em vão o diálogo com a Câmara Municipal de Lisboa para mudar este projecto.

O abaixo-assinado «Museu Judaico – Em Alfama? Sim! No Largo de São Miguel? Não!» juntou cerca de mil assinaturas. Corre um segundo, intitulado «Queremos casas no Largo de São Miguel», já com mais de 400.

Para evitar prejuízos irreparáveis, a APPA interpôs uma providência cautelar. Em Junho, o Tribunal Central Administrativo Sul determinou a suspensão da eficácia das deliberações da CML sobre esta obra e a não demolição dos edifícios visados.

A CML tem agora mais uma oportunidade para, em actos, mostrar empenho em interromper a expulsão dos moradores.

Há uma réstia de esperança. Contamos com a população para que ela se concretize. Podem contar com a APPA, fiel ao objectivo para que foi criada: defender o património e a população de Alfama, defender um bairro com gente.

\* Texto redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.